

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC

AUDIÊNCIA PÚBLICA

REQUERIMENTO Nº , DE 2012.

(Do Sr. Nelson Bornier)

Requer sejam convidados o Senhor Luciano Coutinho (Presidente do BNDES), o Senhor Marcos Molina (Diretor da Empresa Marfrig Alimentos S/A), representante da Comissão de Valores Mobiliários – CVM), representante do Tribunal de Contas da União e representante Ministério Público Federal, para prestarem esclarecimentos sobre matéria jornalística publicada pelo jornal O Globo, de 22 de novembro de 2012, onde anuncia que o BNDES deixará de ganhar 1,2 bilhões de reais para poder ajudar a empresa Marfrig Alimentos S/A.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 24, inciso XIV e art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados o Senhor Luciano Coutinho (Presidente do BNDES), o Senhor Marcos Molina (Diretor da Empresa Marfrig Alimentos S/A), representante da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, representante do Tribunal de Contas da União e representante Ministério Público Federal, para que, em audiência pública a ser agendada por esta Comissão, esclareçam sobre matéria jornalística publicada pelo jornal O Globo, de 22 de novembro de 2012, onde anuncia que o BNDES deixará de ganhar 1,2 bilhões de reais para poder ajudar a empresa Marfrig Alimentos S/A, o que caracteriza um prejuízo aos cofres públicos.

JUSTIFICAÇÃO

Tendo chegado ao meu conhecimento essa denúncia dando conta dessas possíveis irregularidades, amplamente divulgada conforme o Jornal O Globo, de 22 de novembro de 2012, onde se verifica um possível prejuízo aos cofres públicos, quando o BNDES deixará de ganhar 1,2 bilhões de reais para ajudar a empresa Marfrig Alimentos S/A e sendo esta Casa responsável pela fiscalização de recursos públicos, sentimo-nos no dever de cobrar medidas adequadas para esclarecer toda e qualquer dúvida suscitada.

Assim, precisamos primeiramente compreender a situação e as circunstâncias em que ocorreram os fatos elencados, e, posteriormente, usar com vigor a legislação pertinente. Vez que não se pode deixar sem resposta questões tão relevantes relacionadas ao uso dos recursos públicos. Torna-se, pois, urgente averiguar com profundidade este movimento.

Daí as razões do presente Requerimento de Audiência Pública que esperamos ver aprovado com o valioso apoio dos nossos eminentes pares.

Sala das Comissões, em _____ de novembro de 2012.

NELSON BORNIER
Deputado Federal – PMDB/RJ